

# PÍLULAS DE **BOM SENSO**

USE SEM MODERAÇÃO



*Por Paulo Kliass*

**GOVERNO BOLSONARO:  
DEFORMAS E RETROCESSOS**

**afipea** **12**

Sindicato Nacional dos  
Servidores do Ipea      Associação dos  
Funcionários do Ipea



# **GOVERNO BOLSONARO: DEFORMAS E RETROCESSOS**

# DADOS CATALOGRÁFICOS

## GOVERNO BOLSONARO: DEFORMAS E RETROCESSOS

*Paulo Kliass*

### PROJETO GRÁFICO

Matheus Natan Martins Dutra e  
Arthur Georg de Souza

### EDITORAÇÃO

Maria Luíza Diniz e Marina Rito

AFIPEA-SINDICAL

*GOVERNO BOLSONARO: DEFORMAS E RETROCESSOS / Paulo Kliass*

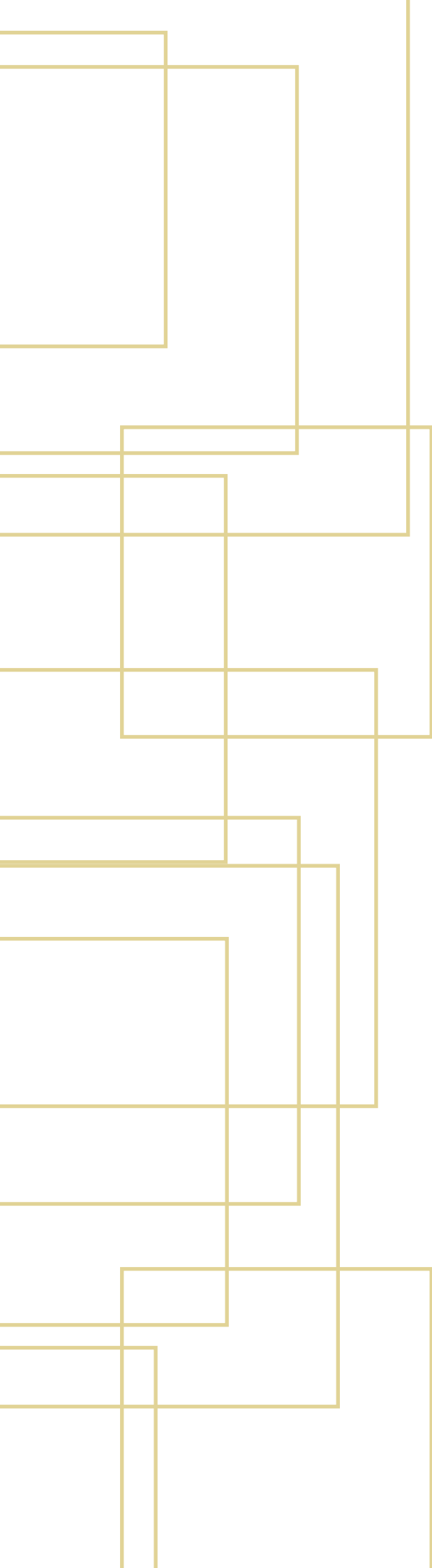
Brasília: Afipea, 2021.

1. Governo. 2. Democracia. 3. Políticas Públicas. 4. Planejamento Governamental. 5. Economia.

**CDD** 320

2021 por Associação de Funcionários do Ipea

**ISBN:** 978-65-994701-5-8



**Paulo Kliass** é doutor em economia pela Universidade de Paris 10 (Nanterre, França) e integrante da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, do governo federal.

# SUMÁRIO

## **APRESENTAÇÃO**

**7**

1.	DOGMAS DA AUSTRERIDADE FISCAL.	9
2.	BRASIL: REFORMAS OU RETROCESSOS?	12
3.	BOLSONARO E O FMI.	16
4.	BOLSONARO E O RESTO DO MUNDO.	19
5.	O GENOCÍDIO DE BOLSONARO.	23
6.	PANDEMIA E BANALIZAÇÃO DAS MORTES.	26
7.	BRASIL: A CAMINHO DAS TREVAS?	30
8.	LULA ESTÁ DE VOLTA.	32
9.	GUEDES É BOLSONARO E VICE-VERSA.	35
10.	A INSPIRAÇÃO FASCISTA DE BOLSONARO	38



# APRESENTAÇÃO

## A CRÔNICA COMO CIDADANIA ATIVA

JOÃO FIGUEIRA<sup>1</sup>

É antiga a troca epistolar entre os dois lados do grande oceano. Talvez por causa de sua dimensão ou por outro motivo qualquer, esse intercâmbio de ideias e de impressões tem sido dominado por esse país-continente chamado Brasil. Nos alvares do século XX, João do Rio, cronista e repórter intrépido — que, com Isadora Duncan, a deusa bailarina da Belle Époque, revelaram Ipanema ao mundo —, marcou um tempo através de suas crônicas para o outro lado do mar, num esforço de aproximação entre povos e países, então algo distantes e desconfiados entre si.

Paulo Kliass, que mensalmente assina uma crônica no jornal digital português Sinal Aberto (<https://www.sinalaberto.pt/>), inscreve-se nessa linhagem de autores e observadores exigentes, que escrevem e dialogam sobre o seu tempo, questionando e debatendo rumos, opções, políticas. E nesse dialogar com leitores de várias geografias fala das suas inquietações e dilemas, para dar a conhecer aos de longe, do outro lado do oceano, num contexto de entre iguais, fragmentos do Brasil de hoje, como ele “melhor puder”, como há séculos escrevia na sua carta, Pêro Vaz de Caminha a rei D. Manuel I.

A História e a língua aproximam-nos e completam-nos, portanto. E é isso mesmo que sentimos em cada crônica do Paulo Kliass, quando ele nos dá conta das contrariedades ou das contradições,

---

1 João Figueira é professor de Jornalismo e Comunicação na Universidade de Coimbra, onde dirige o respetivo mestrado. É também diretor do jornal online sem fins lucrativos, Sinal Aberto (<https://www.sinalaberto.pt/>)

das dificuldades e dos problemas que vê e sente no seu país (e como ele sofre com eles...), e dos quais nos fala depois, em textos sustentados, porque a sua intenção não é a escrita panfletária para clonagem de pensadores, mas o desafio de uma escrita que nos quer pôr a refletir, a gerar novas dúvidas, a construir perplexidades e descobertas, onde antes haveria apenas certezas.

O texto de um cronista é sempre, evidentemente, a sua perspectiva, a sua verdade, o mundo e a realidade vistas a partir do seu cesto da gávea. O ponto de observação, aqui também entendido como o quadro cultural e ideológico de referência do autor, constitui em certa medida a graduação das lentes com que se interpreta o que se vê — que é sempre muito mais do que aquilo que se olha, como já fazia notar em uma de suas obras, José Saramago.

Cada texto que o Paulo publica no jornal que tenho o privilégio de dirigir neste momento, traz consigo elementos novos, invariavelmente instigantes, que nos ajudam a perceber — e por isso nos inquietam mais — a complexidade do tempo presente que os brasileiros e o Brasil vivem atualmente. Confesso, aliás, que uma vez por outra há crônicas que me desassossegam demasiado para meu gosto. Nada a fazer: o Paulo leva as coisas a sério e quando ele fala de assuntos ponderosos e que tanta influência têm nas vidas dos cidadãos e das cidadãs, não há que meter água no café, porque isso não diminui o índice de cafeína. Se a realidade é dura e crua, há que a enfrentar, sem juntar açúcar.

É essa escrita aguda e direta, para tomar o pulso aos temas mais candentes da contemporaneidade brasileira que o estimado leitor, estimada leitora, vai encontrar neste conjunto de textos originariamente publicados no jornal Sinal Aberto, mas que uma feliz oportunidade possibilita que possam prosseguir o seu caminho, chegar a mais leitores e cidadãos — e com isso também permitir que o projeto jornalístico sem fins lucrativos que é o Sinal Aberto possa também fazer novas amizades.

Clarice Lispector, cujo centenário de nascimento se celebrou o ano passado, questionava-se em um de seus textos, acerca do que é e deve ser uma crônica de jornal: “Um relato? Uma conversa? O resumo de um estado de espírito?”. As crônicas de Paulo Kliass, como o leitor ou leitora vai confirmar, é tudo isso. A atualidade é o ponto de partida, o pretexto para a conversa que se segue, na qual, dependendo do que estiver em causa, ele vai parecer mais sério, mais ou menos zangado, mais ou menos otimista. Porém, sempre exigente. E é essa exigência de cidadania ativa — não me ocorre outra expressão — que encontro e revejo em cada linha, em cada texto que o Paulo Kliass nos escreve e através dos quais conversa conosco. Confiante que a realidade, apesar de dura, é transformável, para melhor, se cada um de nós for um cidadão mais bem informado e consciente do seu papel.

Portanto, o melhor é passarmos já à leitura dos seus textos.





## 1. DOGMAS DA AUSTERIDADE FISCAL

(SETEMBRO 2020)

A crise generalizada atual, que vem sendo aprofundada pela pandemia do coronavírus, tem sua origem nas dificuldades experimentadas pela economia mundial a partir de 2008/9. Os problemas tiveram início no mercado financeiro norte-americano e rapidamente se espalharam para o espaço da União Europeia e também para outros países em todos os continentes.

No entanto, ao contrário do ocorrido nas crises globais anteriores, os caminhos adotados para sua superação foram na direção oposta do que sempre havia sido pregado pelo “establishment” do sistema hegemônico, tanto em suas escalas nacionais, assim como no plano global. Os pressupostos do chamado Consenso de Washington foram parcialmente abandonados e o Estado foi chamado a oferecer sua colaboração para que os prejuízos não fossem na dimensão que se imaginava.

Isso significou que instituições multilaterais, que sempre haviam propugnado com muito vigor pelas receitas do neoliberalismo, passaram a apresentar tímidas mudanças em sua conduta. O Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), por exemplo, flexibilizaram o cardápio da ortodoxia extremada e incorporaram alternativas de elevação dos gastos públicos e de ampliação da intervenção do setor estatal na própria dinâmica da economia.

Apesar de tal mudança pontual no socorro ao sistema que corria o risco de colapsar, o fato é que tal novidade não chegou a se converter propriamente na adoção de um novo paradigma para a política econômica. As despesas públicas foram elevadas nos chamados países centrais e a emissão monetária cresceu por conta da flexibilização proporcionada pelo chamado “*quantitative easing*” – recursos expressivos foram oferecidos aos agentes econômicos pelas autoridades monetárias a custo zero.

### ***Austeridade no pós 2009.***

A capacidade de adaptação do sistema e a blindagem operada pelos representantes do sistema financeiro

impediram que tais mudanças fossem incorporadas de forma efetiva e duradoura pelos governos dos países e pelas próprias instituições multilaterais. A questão da política fiscal, por exemplo, foi mantida intocável mesmo depois de 2009, com as consequentes recomendações de adoção de programas e medidas de austeridade a qualquer preço.

O comportamento adotado pelas autoridades monetárias da União Europeia representa bem essa permanência da orientação conservadora. Apesar das evidências todas que apontavam para necessidade de maior flexibilização em sua conduta, o fato é que as medidas decididas nos casos concretos de países como Grécia, Portugal, e Espanha, entre outros, foram emolduradas pelo viés da ortodoxia e do sacrifício imposto à maioria da população dos mesmos.

A magnitude da crise da pandemia, no entanto, recolocou ao longo deste ano o debate em termos da emergência mais aguda de medidas de políticas públicas de toda ordem. Por um lado, tratava-se de combater os efeitos da crise sanitária e os governos em todo o mundo foram obrigados a elevar suas despesas com saúde - sejam aquelas relacionadas ao ataque direto à doença, sejam as associadas à prevenção da mesma. De outro lado, esses mesmos países foram obrigados a adotar programas de redução dos efeitos econômicos das medidas de isolamento social, seja apoiando a renda daqueles cidadãos que perderam seus empregos ou tiveram os salários redu-

zidos, seja apoiando as empresas que passaram a enfrentar dificuldades com a redução generalizada do ritmo das atividades econômicas.

Ocorre que determinadas correntes de opinião ligadas ao financismo resistem ferreamente a essa nova realidade. Agarram-se aos antigos pressupostos da austeridade fiscal como se fossem verdadeiros dogmas a serem defendidos de qualquer forma, por mais que a realidade das pessoas e dos países esteja a clamar por uma renovação profunda em seus fundamentos. Como se sabe, dogmas são os pontos de vista que se pode extrair de um sistema oficial de princípios ou de doutrinas de uma religião. Assim, tudo se resume a uma questão de fé absoluta, a uma espécie de verdade inquestionável.

### ***Dogma é uma questão de fé.***

No Brasil, esse arranjo vem sendo implementado há mais de três décadas, sem que as vozes críticas tenham sido ouvidas. Tanto nos meios de comunicação quanto na orientação das sucessivas equipes governamentais, o que se percebeu ao longo de todo o período foi a interdição do debate em termos de se oferecer alternativas para os rumos da política fiscal. Assim, em torno dos dogmas foram erguidas trincheiras de resistência, com o intuito de protegê-los de mudanças.

Um primeiro dogma refere-se à criminalização da dívida pública. Esse importante instrumento de política econômica passou a ser objeto de conde-

nação de natureza quase moral e ética. Ao comparar o mecanismo de endividamento do Estado com as dívidas individuais ou empresariais, busca-se criar uma abordagem negativista e pejorativa de uma ferramenta legítima e necessária utilizada pelo poder público para desenvolvimento da política econômica. Na verdade, essa visão se articula com outro pressuposto do ideário neoliberal - a proposição de um Estado mínimo, uma vez que os serviços públicos todos passariam a ser oferecidos pelo capital privado.

Um segundo dogma da política fiscal surge com a obediência cega à regra de obtenção sistemática de “superávit primário” nas contas públicas. Nesse caso, trata-se de uma inteligente armadilha instituída pelo financismo, com o objetivo de assegurar recursos orçamentários a serem drenados para o seu próprio circuito de interesse. No Brasil foi inclusive aprovada uma legislação com tal sentido, a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal. Ocorre que o adjetivo “primário” é essencial e não gratuito nessa engenharia. Isso porque a grande maioria da população não sabe, mas trata-se de ser “responsável” apenas e tão somente na busca de equilíbrio com receitas e despesas não financeiras, aquelas que são conhecidas como “primárias” no orçamento. Isso significa, portanto, que as despesas financeiras não ficam submetidas a nenhum tipo de controle. Pelo contrário, o saldo positivo nas demais contas, o sacrossanto superávit primário, se transforma completamente em despesa com juros da dívida pública.

### ***E o dinheiro apareceu.***

Um terceiro dogma desse arranjo se materializa em um determinado índice de que relaciona a dívida pública e o Produto Interno Bruto (PIB). Torna-se impossível questionar o porquê, mas os meios de comunicação terminam por reverberar de forma acrítica uma série de informações a esse respeito. Assim, ficaríamos sabendo que a partir de um determinado valor para tal índice o referido país correria o risco de quebrar. Pouco importa se a dívida do mesmo se dá em moeda estrangeira ou nacional. Pouco importa se estão contabilizados na metodologia os elementos que consideram a dívida pública bruta ou líquida. Pouco importa se o país vem sofrendo um processo de recessão, quando o PIB tende a se reduzir. Pouco importa se o Japão apresenta um índice superior a 200%, tendo superado a mítica barreira de 100% em 2001. Ou se os Estados Unidos apresentam desde 2011 um índice também mais que elevado que 100%.

Com base nesse tipo de abordagem catastrofista, os governos sempre negaram as demandas por maiores dotações orçamentárias para áreas sociais e investimentos. O argumento de sempre utilizado pela tecnocracia era uma suposta ausência de recursos. No entanto, a crise de pandemia desnudou também mais esta falácia. Logo no início das dificuldades, por exemplo, o governo brasileiro liberou o equivalente a quase 20% de seu PIB sob a forma de recursos públicos para auxiliar os bancos e o sistema financeiro. Já a Comissão Europeia

aprovou um pacote de ajuda aos países membros da ordem de € 1,8 trilhão para enfrentamento da crise da covid 19. Ao que tudo indica, o dinheiro que não existia, de repente apareceu.

Como se pode perceber, a recorrência à infalibilidade é revestida de casuísmo. Os recursos públicos existem, podem ser utilizados e isso não provoca necessariamente a quebradeira das economias nacionais. Aliás, a própria realidade do enfrentamento da crise tem aberto espaço para visões alternativas de política econômica. Com isso, os dogmas da austeridade fiscal começam a ser questionados de forma ampla e geral.

## 2. BRASIL: REFORMAS OU RETROCESSOS?

*(OUTUBRO 2020)*

A agenda política do atual governo brasileiro se compõe de um conjunto de medidas elaboradas por aquele que tem sido apresentado como o “superministro” do Presidente Bolsonaro - Paulo Guedes, no comando da economia. Na verdade, a alcunha não é de todo descabida. Afinal, nunca antes na História republicana do país algum ministro concentrou tamanho poder de decisão na área econômica.

Esse processo remonta ainda à época do processo eleitoral de 2018, quando o candidato às eleições presidenciais necessitava angariar apoio junto à elite das classes empresariais. A iniciativa de chamar o banqueiro Paulo Guedes para compor sua equipe facilitou esse movimento e Bolsonaro passou a endereçar a ele todos os questionamentos apresentados pela imprensa a respeito de seu programa para a economia. Para justificar tal procedimento, reconhecia publicamente que não entendia nada de matéria econômica.

Com a vitória nas urnas em outubro daquele ano, esse compromisso de campanha foi cumprido. Ao novo comandante da economia foi oferecida uma megaestrutura ministerial, que resultou da fusão de quatro pastas bastante tradicionais na administração pública brasileira. O novo Ministério da Economia foi então composto pela incorporação dos antigos: i) Ministério da Fazenda; ii) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; iii) Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; e, iv) Ministério do Trabalho.

Ocorre que o diagnóstico oferecido por Guedes se resumia a identificar em uma suposta “excessiva presença estatal” todos os problemas da economia brasileira. Assim, ao recuperar uma agenda neoliberal extremada e ultrapassada, ele se propunha a missão de promover a destruição do Estado e o desmonte de suas políticas públicas. A senha para dar início a tal trajetória foi a necessidade de recuperar o equilíbrio fiscal a qualquer custo.

***Obsessão com a austeridade fiscal.***

Ora, tendo em vista o péssimo desempenho apresentado pelo PIB brasileiro desde 2016, o surgimento de déficit nas contas públicas era um fato esperado por todos. Qualquer livro de introdução à economia nos ensina que a recessão generalizada reduz drasticamente a capacidade de arrecadação de tributos e seu enfrentamento deve-se dar por meio da adoção de medidas anticíclicas. Esse jargão do economês se refere a decisões do governo que teriam o intuito de estimular a retomada do crescimento das atividades da economia e de minorar os efeitos danosos do desemprego e da crise geral sobre a maioria da população. No entanto, as propostas de Guedes vão no sentido exatamente oposto. Suas receitas para enfrentar a crise pressupõem a redução das despesas governamentais em geral, inclusive em setores vitais como saúde, previdência social, educação, assistência social, saneamento, pagamento de salários de servidores, entre outros.

Além disso, o superministro tenta dar continuidade a uma agenda de mudanças estruturais em nossa Constituição, às quais ele, sua equipe, os políticos conservadores e a grande imprensa chamam equivocadamente de “reformas”. Mais adequado seria qualificá-las por aquilo que efetivamente são: retrocessos. No imaginário popular brasileiro, a noção de reforma vem sempre acompanhada de uma imagem positiva, no sentido do aperfeiçoamento de determinado instrumento, medida ou política.

Porém, nos casos mais recentes o que se tem verificado é o contrário. Senão, vejamos.

A Reforma da Previdência foi apresentada, ainda em 2016, como uma necessidade urgente, pois o Estado brasileiro estaria prestes a falir. A intenção sempre foi a de desfazer o modelo vigente há mais de seis décadas, onde o principal regime de concessão de aposentadorias e pensões é de natureza pública e gerido pelo governo federal. Com o falso argumento de que esse modelo compromete as contas públicas, a estratégia é reduzir sua dimensão e ampliar o caminho para privatização da previdência social. Onde estaria, pois, a reforma?

Um conjunto de medidas já vinham sendo adotadas para esse segmento previdenciário, com redução nos valores dos benefícios concedidos e dificuldades introduzidas para a obtenção dos novos. Assim, foram aumentados os tempos de contribuição necessários para se aposentar e também as idades mínimas para tanto. Por outro lado, foram concedidos benefícios tributários para as empresas, que reduziram de forma significativa suas contribuições obrigatórias para o regime previdenciário. Com isso, as chamadas “contas previdenciárias” passaram a apresentar dificuldades de financiamento. A resposta do governo foi a proposta de reforma, mas que na verdade se constitui em um enorme retrocesso no regime previdenciário estatal e de acesso universal.



***Previdenciária, trabalhista, fiscal e administrativa: contra reformas.***

A Reforma Trabalhista vinha sendo alardeada também como uma panaceia para resolver todos os problemas do desemprego e do baixo ritmo de crescimento da economia. Uma primeira etapa foi aprovada em 2017, com o foco essencialmente sobre a redução de custos para as empresas e a eliminação de direitos dos trabalhadores. Tais alterações na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) não alteraram a dinâmica da crise econômica e tampouco estimularam o aumento das contratações no mercado de trabalho formal. Na verdade, de lá para cá o desemprego só aumentou, bem como as contratações com base na informalidade e na precariedade.

Em 2019 foi aprovada uma nova etapa de mudanças na legislação trabalhista, aprofundando ainda mais a retirada de direitos e garantias para os assalariados. Assim, as alterações passaram a permitir a redução de jornada de trabalho, com diminuição dos salários, bem como a possibilidade de rendimentos mensais inferiores ao salário mínimo oficial. Enfim, trata-se de mais um caso evidente em que a termo “reforma” é absolutamente inapropriado, pois tratou-se de um evidente retrocesso no âmbito das regras do direito do trabalho.

A Reforma Fiscal também vem sendo objeto de implementação desde 2016. Em dezembro daquele ano foi aprovada a Emenda Constitucional 95, que introduzia a proibição de aumento

de gastos públicos pelo longo período de 20 anos. Dessa maneira, o Brasil passou a ser o único país do mundo com dispositivo constitucional impedindo a recuperação das despesas orçamentárias não financeiras. Ora, é mais do que sabido que a política fiscal exige muita flexibilidade, em razão das necessidades de adaptação ágil às mudanças na conjuntura econômica. Quando a regra permanente se orienta pela austeridade rigorosa, perde-se a capacidade de promover justamente as medidas para reverter o ciclo recessivo.

De acordo com a mudança na Constituição, ficou criado então o chamado Novo Regime Fiscal (NRF). Através de seus dispositivos, passa a ser considerado crime de responsabilidade cometido pelo chefe do Poder Executivo a aprovação e/ou execução de despesas no orçamento público acima do chamado “teto de gastos”. A criação dessa nova limitação permite apenas a recomposição da perda inflacionária dos valores de um exercício para o outro. Ocorre que há despesas do setor público que tendem a crescer de forma autônoma, como as vinculadas à previdência social, à saúde, à educação e similares. Como o NRF segue as orientações do ajuste das contas públicas pela ótica da austeridade, permanece valendo a regra do superávit primário. Por meio deste procedimento, as despesas financeiras com pagamento da dívida pública são as únicas que não sofrem essa limitação e podem continuar crescendo ao longo do período.

### ***Destruição do Estado e desmonte das políticas públicas.***

Reforma fiscal não parece o nome adequado a tal movimento, que consolida e eterniza o retrocesso nesse importante campo da política econômica. Na verdade, introduzir na rigidez da Constituição a determinação de uma orientação conservadora para a política fiscal não pode ser considerada como medida inovadora ou reformista. Ajuste fiscal sempre orientado pelo corte de despesas e nunca pela busca de novas fontes de receitas. Pelo contrário, no momento em que a maior parte dos governos dos países desenvolvidos passam adotar medidas de flexibilização da austeridade extremada, os responsáveis pela economia no Brasil parecem retroagir décadas em suas determinações fracassadas também na área fiscal.

Reforma Administrativa é a nova proposta do governo Bolsonaro que está na prioridade da agenda política desde as últimas semanas. Foi encaminhada ao Congresso Nacional também uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC 32) para tratar do tema. No entanto, como nos casos anteriores, não se trata de reforma e muito menos que possa ser chamada de administrativa. A intenção com os dispositivos é retroagir ao período anterior à transição democrática, que foi consagrada com a Constituição de 1988. A pretexto das dificuldades de natureza fiscal, a proposta introduz mudanças nas regras da administração pública brasileira, ao eliminar o acesso da maioria da população a direitos a serviços

públicos e gratuitos, como saúde, educação, previdência e outros. O Presidente da República passa a ter o direito de extinguir empresas, institutos, fundações e demais órgãos do Estado por meio de um simples decreto, sem precisar de autorização do legislativo.

Além disso, a proposição elimina um conjunto amplo de direitos dos servidores públicos, a exemplo de ingresso por meio de concurso público e a estabilidade no emprego. Com isso, o Brasil corre o risco de retroagir aos tempos do coronelismo e do mandonismo, quando os governantes de plantão podiam demitir e contratar os servidores que quisessem para o conjunto da administração pública ao seu bel prazer. Essa possibilidade rompe o princípio republicano e da continuidade dos serviços de Estado, independentemente das mudanças de governo. A abordagem “administrativa” fica restrita ao corte de estruturas e de despesas com pessoal. Não há uma única menção ao necessário aperfeiçoamento da qualidade dos serviços prestados, por exemplo. Portanto, não estamos diante de uma reforma, mas de um profundo retrocesso no âmbito da administração pública. É o caminho para legitimar o processo de desconstrução da estrutura estatal e para desmontar as capacidades de promoção de suas políticas públicas.

Em resumo, o que se pode concluir desse conjunto de pontos da pauta do governo Bolsonaro é que se trata de propostas de contra reforma. A leitura de cada uma das medidas nos deixa com a nítida clareza de uma intenção perversa

de colocar o país na contramão do projeto que foi desenhado para a Constituição que coroou o fim do período da ditadura militar.

### 3. BOLSONARO E O FMI

(NOVEMBRO 2020)

O histórico da presença do Fundo Monetário Internacional (FMI) não é portador de lembranças agradáveis para a maioria da população dos países menos desenvolvidos. Ao longo das últimas quatro décadas, a simples menção a essa importante instituição do sistema multilateral é capaz de trazer de volta os difíceis momentos dos planos de ajuste econômico a que foram submetidas boa parte das nações do chamado Terceiro Mundo.

A função do FMI sempre foi aquela de defender, até as últimas consequências, os interesses do sistema financeiro internacional. Desde os primeiros casos de manifestação da chamada crise da dívida externa da década de 1980 até os contextos mais recentes de países em dificuldades extremas em suas contas externas, o Fundo costumava apresentar soluções sempre enviesadas pela abordagem ortodoxa e conservadora dos fenômenos econômicos de forma geral.

Um dos fatores complicadores de tal exercício do papel de xerife das contas dos países membros deu-se pela

perversa combinação da hegemonia do chamado modelo neoliberal durante esse longo período com a ocorrência de graves crises nas economias. A construção programática e ideológica de um programa para promover um rearranjo na ordem do capitalismo internacional ganha forma com as determinações previstas naquele que passou a ser conhecido como o Consenso de Washington.

#### ***FMI e a austeridade.***

Tendo em vista a localização na capital estadunidense das sedes de importantes entidades do financiamento internacional - tal como o Banco Mundial (BM), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o próprio FMI - esse conjunto de regras e condutas foi sendo construído como uma suposta unanimidade inquestionável no âmbito de políticas públicas para economia. Em resumo, pode-se afirmar que a abordagem propunha a introdução de reformas nos países com o objetivo de promover: I) a liberalização mais ampla das relações econômicas; II) a abertura comercial, com liberdade de movimentação nas contas de capital e mercado de câmbio livre; III) redução da dimensão do setor público, com privatização, desregulamentação e austeridade fiscal.

Ocorre que o balanço crítico da tal experiência dramática demorou também décadas para ser efetuado. As consequências provocadas pela chegada das famosas “missões do FMI” nos diferentes países foram desastrosas, uma vez que a adoção das propostas da austeridade



fiscal vinham atreladas à política monetária arrochada e a medidas de abertura comercial e financeira descontroladas. Os únicos setores que se beneficiavam de tais planos de ajuste ou estabilização eram aqueles vinculados ao sistema financeiro local e internacional. A prioridade sempre se localizava no atendimento dos compromissos com o mercado da banca, ainda que às custas da drenagem de recursos da grande maioria da população para essa finalidade.

O aumento dos índices de pobreza e miséria, o aprofundamento do quadro de desigualdades e o até mesmo o fracasso em solucionar os problemas macroeconômicos a que os programas se propunham fizeram com que um processo de auto crítica e revisão dessa panaceia de recomendações tivesse início. Por todos os cantos do mundo o acrônimo TINA passou a ser questionado, uma vez que a ideia da frase em inglês “there is no alternative” revelava-se cada vez mais irreal. Havia, sim, alternativas ao modelo econômico baseado apenas nas hipóteses da ortodoxia e do monetarismo.

### ***As mudanças a partir da crise.***

A grande mudança ocorre com a crise econômica e financeira de 2008/9, quando até mesmo os países do centro do capitalismo passam por programas de ajuste que incluíam medidas que apontavam para a direção oposta do que sempre havia propugnado o Consenso de Washington. O momento exigia intervenção do Estado na economia, estatiza-

ção de empresas e dívidas privadas, regulamentação de mercados e regulação na liberalização generalizada anterior. Por outro lado, a política fiscal passa ser expansionista e os aumentos nos gastos públicos foram sendo então identificados como a única alternativa capaz de reduzir os danos causados pela recessão generalizada que ameaçava os países do centro do capitalismo global.

A hegemonia da abordagem neoliberal cede finalmente o espaço necessário a tinturas de heterodoxia em termos de política econômica. Essa verdadeira reviravolta atinge também as universidades, os centros de pesquisa e as organizações multilaterais. Assim, o FMI não passa incólume a tal onda de renovação e de injeção de oxigênio. Obviamente que não se trata de mudança estrutural no que se refere à função do mesmo como guardião do establishment do financismo internacional. As transformações apenas respondem à necessidade de se promover alguma atualização no cardápio para evitar que as perdas no sistema terminem por comprometer a continuidade do mesmo.

No entanto, a partir de 2020, esse processo lento avança em ritmo e velocidade com a eclosão da pandemia. A emergência da crise proporcionada pelo coronavírus recoloca no centro do debate a questão da intervenção do Estado, a necessidade de políticas públicas dirigidas e o aumento significativo das despesas públicas em todo o planeta. O receituário do Estado mínimo e a arrogância da austeridade fiscal a qualquer custo ce-

dem espaço a uma agenda de novo tipo. Afinal, trata-se de promover uma reviravolta na orientação da política fiscal e de incorporar a necessidade do aumento nos gastos governamentais, ainda que esse movimento promova uma elevação do déficit público e da dívida estatal.

### ***Flexibilizar a austeridade e taxar os ricos.***

A situação está de tal ordem problemática na economia global que o tradicional documento do FMI, [Panorama da Economia Mundial](#) para o mês de outubro, sugere a flexibilização das regras fiscais em razão da crise:

(...) “Se as regras fiscais limitam a margem de manobra, a situação oferece justificativas para suspendê-las provisoriamente, comprometendo-se por sua vez a seguir uma trajetória gradual de consolidação uma vez superada a crise, para restabelecer o cumprimento das regras no médio prazo. Poderia ser criada uma margem de manobra para as necessidades imediatas de gasto, priorizando as medidas adotadas contra a crise e reduzindo os subsídios improdutivos e mal focados” (...)

Por outro lado, o mesmo documento toca em outro tema, igualmente considerado um verdadeiro tabu no interior do sistema financeiro. Trata-se da proposta de promover uma elevação de tributos para fazer face às dificuldades da conjuntura recessiva. Assim o Fundo reconhece a necessidade de buscar mais recursos pelo lado da arrecadação, uma vez que apenas repisar a cantilena do

corte de despesas não atende mais às exigências colocadas pela gravidade da crise.

(...) “Ainda que seja difícil a adoção de novas medidas de receitas fiscais durante a crise, os governos talvez devam colocar-se a possibilidade de incrementar os impostos progressivos aplicados aos menos afetados pela crise (por exemplo, elevando as alíquotas do setor privado mais privilegiados e aos setores que estejam relativamente alíquotas de impostos para as categorias de renda mais alta, para as propriedades mais valiosas, para os ganhos de capital e os patrimônios), assim como a possibilidade de modificar a tributação das empresas para garantir que as mesmas paguem impostos de acordo com seus ganhos. Os países também deveriam cooperar com o desenho da tributação internacional das empresas para responder aos desafios da economia digital.” (...)

### ***Bolsonaro faz do Brasil um pária.***

No entanto, nem mesmo essa mudança de postura do FMI encontra ressonância no interior do governo Bolsonaro. O superministro da Economia se mantém apegado à sua obsessão com a obediência cega ao rigor fiscal. A cada nova necessidade colocada pela emergência da crise que implique aumento das despesas públicas não financeiras, Paulo Guedes reage e aponta para os supostos riscos de uma “insolvência” do governo. Assim tem sido com as propostas de um auxílio emergencial para as pessoas e famílias atingidos pela crise. O mesmo

ocorre quando se fala na urgência de mais verbas para a saúde e demais rubricas orçamentárias para conter o avanço da covid 19.

Além disso, ele descarta a priori qualquer introdução nas regras tributárias para fazer com que os super ricos e os grandes conglomerados empresariais passem finalmente a oferecer sua cota mínima de contribuição para amenizar os efeitos da crise. Guedes, ao contrário, insiste na tecla de redução da carga de impostos. Ora, trata-se de mais uma insanidade de sua parte, ainda mais em uma conjuntura marcada pela necessidade urgente de mais recursos em mãos do Estado para atravessar o período atual.

Enfim, o isolamento político e diplomático de Bolsonaro só tem aumentado ao longo dos meses. Pressionado por sua base política de extrema direita, o governo parece ter se rendido à manifestação pública de seu Ministro das Relações Exteriores. Ernesto Araújo terminou por reconhecer que as orientações de seu governo não colaboram para uma atuação mais articulada no cenário internacional. E que se isso se confirmar, paciência. Em suas palavras, “que sejamos um pária internacional”.

## 4. BOLSONARO E O RESTO DO MUNDO

(DEZEMBRO 2020)

O governo Bolsonaro é um triste escândalo, tanto em termos da avaliação interna da população brasileira, quanto em relação à imagem do país que oferece aos meios diplomáticos e à opinião pública internacional. Não bastassem os inúmeros exemplos de políticas públicas e decisões governamentais carregadas de forte conteúdo homofóbico, machista, racista e elitista, o presidente não se cansa de destilar todo o seu ódio aos regimes democráticos na América Latina e pelo mundo afora. Para ele, não cabem pautas como a defesa de direitos humanos, redução das desigualdades, sustentabilidade ambiental ou de respeito à diversidade de qualquer tipo.

Desde a época da campanha eleitoral de 2018, o então candidato jamais escondera a sua mais completa admiração pelo Presidente dos Estados Unidos, à época, Donald Trump. Havia um misto de identificação político-ideológica e proximidade de membros das famílias, de modo que após a sua eleição Bolsonaro alimentou a ilusão de que seu governo receberia algum tipo de atendimento privilegiado por parte do irmão do rorte. Assim, o que se verificou foi uma mudança extremada na orientação do Ministério das Relações Exteriores. O Itamaraty abandonou a tradição de não-alinhamento explícito com a diplomacia norte-americana e começou um proces-

so de isolamento internacional crescente, abandonando todas as conquistas que havia alcançado com os diversos movimentos de aproximação por todos os continentes.

O Ministro indicado para ocupar as relações exteriores em janeiro de 2019 implementou uma política de isolamento voluntário, esperando contar com um suposto apoio por parte da diplomacia comandada por Trump. O Brasil deixou de lado iniciativas onde sua liderança era fundamental. Esse é o caso das medidas de integração regional, a exemplo do Mercosul e da Unasul. Contribuiu para esse enfraquecimento do bloco comercial com os vizinhos e da união do conjunto dos países da porção meridional do continente as mudanças ocorridas em algumas nações da região. Mas a sabotagem promovida pela diplomacia comandada pelo titular do Itamaraty, Ernesto Araújo, revelou-se fundamental para tanto.

### ***Aliança com Trump, boicote ao Mercosul e crítica aos BRICS.***

Em sua ânsia de incorporar como sendo seu o combate travado por Trump contra a China e a Rússia, Bolsonaro terminou por aprofundar também o isolamento brasileiro no âmbito das relações com esses dois importantes países no mundo contemporâneo, além de boicotar e se afastar da estratégica iniciativa de fortalecimento do bloco dos BRICS, composto também por Índia e África do Sul. Ao longo do primeiro biênio de seu mandato, o governo brasileiro não cansou de

provocar, de forma muitas vezes irresponsável e infantil, os regimes chinês e russo. Tratava-se de trazer para o nosso campo uma disputa que dizia respeito basicamente aos interesses norte-americanos, de forma geral, e do Presidente Trump, em particular. Afinal, em sua cruzada irracional, Bolsonaro parece ignorar que a China já havia se convertido, ao longo dos últimos anos, no principal parceiro comercial do Brasil, apresentando-se como o principal destino de exportações das nossas “commodities”.

Em outra frente diplomática, o Itamaraty também vem desenvolvendo um enorme esforço para conseguir se isolar de forma gratuita. Trata-se das relações com os países da União Europeia. Um dos temas que mais incomodam o governo Bolsonaro são as denúncias e as cobranças relacionadas ao meio ambiente e a sustentabilidade. Como nos outros casos, ele incorporou como sua a luta de Trump contra o Protocolo de Kyoto e passou a declarar sua discordância quanto à centralidade de medidas para conter o aquecimento global. Os países europeus mantêm uma opção firme por políticas públicas que ajudem a minorar o efeito estufa e a emissão de gases.

As queimadas crescentes e os desmatamentos em nosso biomas, como a Amazônia e o cerrado, passaram a ser objeto de questionamento por parte de países europeus. O desastre criminoso ocorrido no Pantanal em 2020 terminou por reforçar o clima de isolamento, uma vez que o governo insiste em negar sua responsabilidade e mesmo relativizar

as proporções gigantescas do incêndio. Por outro lado, a postura contrária de Bolsonaro em respeitar os direitos dos índios e dos quilombolas contribuiu para aumentar o descrédito das intervenções brasileiras nos foros internacionais.

As divergências políticas e ideológicas do Presidente brasileiro com o governo da Venezuela sempre foram públicas e bem conhecidas. No entanto, depois de sua posse ele continuou a manter o mesmo tom provocador e belicista de antes, quando era apenas um excêntrico deputado federal da extrema direita. No caso das relações com Caracas, Bolsonaro também entrou na linha de Trump para criar condições que levassem à queda de Maduro. Foram as provocações por meio de declarações oficiais, de movimentos militares na fronteira, do reconhecimento unilateral do golpista Guaidó e, finalmente, a colaboração com a visita do Secretário de Estado de Trump, Mike Pompeo, à região.

### ***Provocações à Venezuela e fuga de Ministro da Educação.***

Um dos filhos de Bolsonaro foi eleito deputado federal e tornou-se presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados. A partir dali, Eduardo Bolsonaro passou a coordenar uma série de iniciativas em sintonia com o pai e com o Itamaraty. Durante quase o ano todo de 2019 fez um lobby explícito para ser nomeado embaixador brasileiro nos Estados Unidos, sem que apresentasse as míni-

mas credenciais para tanto. O esforço do pai chegou ao ridículo de garantir que o filho conhecia bem aquele país, pois já havia fritado hambúrgueres ali quando jovem, e era amigo íntimo da família Trump.

Em outro momento de notória incompetência e arriscada manobra, Eduardo Bolsonaro e o grupo mais fiel ao núcleo do governo de seu pai ensaiaram o apoio à invasão da embaixada da Venezuela em Brasília. O atentado havia sido planejado e foi executado por partidários da extrema direita exilada, em articulação com seus colaboradores no Brasil. A trapalhada ocorreu justamente no dia em que se reunia a cúpula dos BRICS na capital brasileira. A tentativa provocadora tinha por objetivo criar um constrangimento público a dirigentes da Rússia e da China, mas foi prontamente denunciada e se revelou um enorme fracasso. Como se sabe, os dois países haviam manifestado apoio a Maduro e anunciado de forma enérgica sua divergência com relação às intenções de Trump em promover a invasão da Venezuela.

Um dos mais comprometidos ministros de Bolsonaro com as causas da extrema direita era Abram Weintraub, da pasta da Educação. Ele havia sido objeto de inúmeras denúncias por aparelhamento da máquina ministerial para estimular medidas polêmicas e ilegais. Um das últimas falas deste fiel seguidor do presidente havia sido a divulgação de informações falsas e até mesmo a sugestão de prender os ministros integrantes



do Supremo Tribunal Federal. A repercussão do escândalo foi muito negativa e a partir daí o clima ficou difícil para Weintraub, que certamente seria preso e processado por tal manifestação. Assim, foi montado um esquema semi-oficial para possibilitar sua fuga às pressas do Brasil para os Estados Unidos, ainda munido de seu passaporte ministerial. Na sequência, o governo solicitou o apoio de Trump para que o mesmo fosse nomeado diretor do Banco Mundial, em manobra que manchou ainda mais a já desgastada imagem da diplomacia brasileira no exterior.

### ***Negacionismo e pandemia.***

O governo de Bolsonaro também deixou sua marca como um agente ativo do negacionismo no plano internacional. Tendo em vista sua base política e ideológica ser muito comprometida com as correntes mais doutrinárias do pentecostalismo evangélico, não foi difícil a operação de levar à frente o questionamento de um conjunto amplo de consensos existentes no âmbito científico. Esse foi o caso dos índices de desmatamento, a evolução das temperaturas globais, os efeitos negativos dos agrotóxicos, o comprometimento das áreas de garimpo ilegal com mercúrio, dentre tantos outros. Em todos os exemplos acima mencionados, o governo brasileiro teve uma atuação visando a confundir a opinião pública e levar ao descrédito as informações e pesquisas baseadas em evidências científicas.

Com o advento da pandemia do coronavírus em 2020, as oportuni-

des de tal conduta negacionista foram ampliadas. Mais uma vez, Bolsonaro seguiu na trilha de Trump, menosprezando os perigos da doença desde o início. Ignorava a recomendação da Organização Mundial da Saúde para uso de máscaras de proteção e a prática de isolamento social. O presidente oferecia diariamente exemplos de como não se conduzir em público e se aventurava a questionar as orientações médicas, inclusive receitando em suas manifestações o uso de medicamentos de eficácia duvidosa. Com o avanço nas etapas das vacinas em desenvolvimento, Bolsonaro apostou todas as fichas na opção de Oxford e desqualificou publicamente as opções das vacinas chinesa e russa.

Na disputa presidencial norte-americana, a família do presidente brasileiro se envolveu diretamente na campanha de Trump e se manteve até o fim lançando as dúvidas expostas pelo candidato derrotado, que questionava a lisura do pleito sem apresentar provas de possível fraude. Até o momento em que escrevo este artigo, o governo brasileiro segue sem reconhecer o resultado e - o que é muito grave nas relações diplomáticas - sem sequer cumprimentar o presidente eleito Joe Biden.

### ***Brasil: pária nas relações internacionais.***

O corpo diplomático brasileiro é reconhecido internacionalmente por sua competência e longa tradição de qualidade de seus quadros. A existência de uma carreira própria no interior da administração pública contribui para tanto. Pois

o Ministro Araújo ofereceu recentemente uma imagem que pode ser uma excelente síntese da diplomacia desse primeiro biênio do mandato de Bolsonaro. Em uma cerimônia presencial e sem os devidos cuidados relativos à pandemia, tomou posse a turma mais recente dos futuros diplomatas. Os formandos resolveram adotar como paraninfo um intelectual muito respeitado e que exerceu uma grande importância para a formação cultural brasileira. Talvez indignado com a escolha do poeta e diplomata João Cabral de Mello Neto, o chanceler exagerou na sua fala de saudação aos novos servidores. Ao denunciar e caluniar o próprio homenageado de forma oportunista e desonesta, Araújo entusiasmou-se com sua própria estratégia de isolamento e terminou saudando o resultado da mesma:

*"Sim, o Brasil hoje fala de liberdade através do mundo. Se isso faz de nós um pária internacional, então que sejamos esse pária" (...) é bom ser pária".*

A derrota de Trump, porém, deverá atuar como argumento para se promover eventual inflexão da diplomacia de Bolsonaro a partir de 2021. Os prejuízos que a política de agressões gratuitas à China deverá ser sentida caso não haja uma mudança de tom e postura também nesse quesito. A vacina contra a covid 19 e os alinhamentos em relação à questão da tecnologia 5G serão testes importantes para aferir o quanto o pragmatismo vai passar a dominar também as relações externas do governo Bolsonaro.

Caso nenhuma medida de correção de rumo seja adotada, talvez o vaticínio do chanceler realmente se confirme: o Brasil pode mesmo se converter em pária internacional, graças aos equívocos perpetrados por seu governo atual.

## 5. O GENOCÍDIO DE BOLSONARO

(JANEIRO 2021)

A dureza do título do artigo poderia levar à interpretação equivocada de que se trata de uma provocação barata de algum opositor esquerdista ao Presidente da República do Brasil, alguém que não apresentaria nenhum compromisso com o respeito à ordem institucional e aos valores democráticos.

Pois, a verdade é que, mais uma vez, as aparências enganam. A personalidade que terminou por aderir a esse tipo de qualificação ao Chefe do Executivo é um dos 11 integrantes da mais alta corte de justiça brasileira, o Supremo Tribunal Federal (STF). O Ministro Gilmar Mendes foi nomeado em 2002 para integrar o colegiado pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso. Ele é bastante conhecido nos meios políticos e jurídicos brasileiros por seu perfil assaz conservador, com decisões judiciais e posições públi-

cas quase sempre alinhadas com os interesses das elites.

No entanto, o inusitado da declaração é exemplar no que se refere a mudanças recentes na relação dos poderosos com o atual governo. Os rumos adotados por Bolsonaro passaram a incomodar também parcela dos setores dominantes, que lhe haviam prestado apoio na disputa eleitoral de 2018. Apesar da concordância explícita com a linha liberal e privatizante do Ministro da Economia, tudo indica que os limites entre civilização e barbárie passaram a contar também para o recuo observado em determinados grupos sociais no tocante ao apoio ao governo.

A questão da saúde faz parte desse cardápio amargo de desgosto e desencanto. Desde o início da pandemia, o presidente brasileiro reforçou seu alinhamento automático com a estratégia do seu homólogo norte-americano. Assim, manteve uma postura de subestimação da gravidade da doença, qualificando-a como uma “gripezinha” provocada pelo “vírus chinês”. Seu governo ignorou a explosão do número de casos e de óbitos, apelando de forma irresponsável e demagógica para a necessidade de não adotarmos quaisquer medidas de isolamento e de confinamento.

Os membros de sua equipe buscavam criar no imaginário popular uma contradição entre “salvar a economia” e “combater a pandemia”. Para escapar de ser responsabilizado pelos índices alarmantes de desemprego e recessão,

Bolsonaro sempre dizia que sua intenção era colocar a economia em marcha. Mas o Congresso Nacional, os governadores dos estados, os prefeitos dos municípios, os partidos da oposição e os grandes meios de comunicação o impediam de fazê-lo. Essa era a ardilosa estratégia de vitimização também usada por Trump, para tentar se preservar do desgaste inevitável em sua popularidade.

No entanto, ao contrário de Trump, Bolsonaro não recuou em seu negacionismo quando a realidade da pandemia passou a gritar mais alto. Ele continuou aparecendo cotidianamente em locais públicos, estimulando a aglomeração de seus simpatizantes, sem nenhuma medida de proteção, nem mesmo o uso da máscara preventiva. Ao mesmo tempo, lançava declarações sistemáticas desacreditando os especialistas em epidemiologia e as instituições públicas, como a Organização Mundial da Saúde (OMS). Ele oferecia quase todos os dias suas opiniões favoráveis a medicamentos não reconhecidos por elas como adequados para tratamento da covid 19, a exemplo da hidroxicloroquina. Além disso, obrigou os laboratórios do Exército a fabricarem um volume absurdo de comprimidos dessa droga de eficácia duvidosa, com a formação de um estoque desnecessário e de custo elevado.

A passividade do governo contribuiu sobremaneira para o crescimento exponencial das estatísticas trágicas associadas à pandemia. Esse era o contexto em que se expandia o clima de indignação generalizada reinante ainda em



julho do ano passado. Pois foi no dia 11 daquele mês que Gilmar Mendes saiu-se com a mencionada acusação grave. Bolsonaro havia demitido o segundo titular do Ministério da Saúde e mantinha um general da ativa no posto de forma interina. Mais à frente, o General Pazuello viria a ser efetivado no cargo.

Por aqueles dias, o número de mortes causadas pelo coronavírus havia alcançado a marca de 71 mil. Mendes não se conteve e lançou a crítica: *“O Exército está se associando a esse genocídio”*. Apesar desse e de inúmeros outros alertas de políticos, especialistas e entidades da sociedade civil, o governo não mudou sua postura irresponsável. O quadro crítico se aprofundou e em menos de 1 mês, foi atingida a marca trágica de 100 mil óbitos em 8 de agosto.

O mais impressionante é que nada disso parecia abalar a estratégia do presidente. Ele continuou colocando obstáculos ao desenvolvimento de pesquisas para as vacinas e dificultando a adoção de um planejamento efetivo de combate à pandemia. O Brasil sempre contou com instituições de pesquisa com renome internacional e vasta experiência na descoberta e na fabricação de imunizantes. Dentre outros, podem ser mencionados o Instituto Butantã e a Fiocruz. Mas o comportamento de Bolsonaro foi, ao contrário do que se poderia esperar de um chefe de governo minimamente preocupado com seus cidadãos, de criação de maiores dificuldades para a ação de tais instituições.

A explosão descontrolada da pandemia por todo o território nacional expôs o caráter amador da resposta do governo. Ao subestimar a gravidade da doença, Bolsonaro parecia aguardar uma espécie de “solução de mercado” para o seu fim, sem nenhum tipo de ação mais incisiva do poder público em termos de prevenção da mesma. Suas aparições públicas sem proteção estimulavam a população a fazer o mesmo, em claro desrespeito às normas e recomendações das organizações da medicina e da saúde. A subordinação do Ministério da Saúde a tal conduta negacionista completa a cena da tragédia.

Após alguns meses em que as estatísticas diárias haviam se estabilizado em um patamar elevado, a partir de novembro as curvas voltam a ficar preocupantes. O Brasil entra definitivamente na chamada “segunda onda”. As curvas de casos e mortes retomam taxas de aceleração preocupantes e quando este artigo for publicado, provavelmente já teremos ultrapassado a triste marca das 200 mil vidas perdidas.

Enquanto boa parte dos países do mundo e da América do Sul já começam seus programas de vacinação, Bolsonaro continua criando dificuldades para que tal processo tenha início e êxito no Brasil. Ele não estimula a aprovação dos protocolos das vacinas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e a cada novo dia de atraso em tal regulamentação e autorização são mais de mil vítimas fatais a serem adicionadas à contabilidade mórbida do sistema oficial de saúde.

Ora, esse conjunto de fatores talvez ajude a compreender as razões que devem ter levado o Ministro do STF à sua fala, à caracterização como sendo um genocídio o comportamento do governo Bolsonaro. No entanto, para além da gravidade do discurso, seria importante que esse alerta se generalizasse também nos dias de hoje, no início do novo ano e da segunda onda. Este é momento em que novas medidas de isolamento e confinamento se fazem mais do que necessárias. Este é o momento em que a continuidade do benefício emergencial extinto pelo governo se faz ainda mais urgente. Este é o momento em que um plano nacional de vacinação se torna prioridade absoluta.

As forças progressistas, o movimento sindical, os partidos de oposição e demais entidades da sociedade civil têm de assumir para si a responsabilidade política de dar um basta ao genocídio de Bolsonaro.

## 6. PANDEMIA E BANALIZAÇÃO DAS MORTES

*(FEVEREIRO 2021)*

No dia em que terminei esse breve artigo, o Brasil alcançou a trágica marca de 230 mil mortes provocadas pela covid 19. Ainda somos o segundo país com maior número de óbitos associadas

à pandemia. Apenas os Estados Unidos estão à nossa frente, com o dobro de vidas perdidas, apesar de terem uma população apenas 50% maior do que a nossa. A Índia vem em seguida, com maior número de casos, mas ainda um menor número de mortes. Enfim, trata-se claramente de uma tragédia que não respeita fronteiras nem limites geográficos.

Mas o objetivo aqui não é tratar dessa espécie de corrida entre diferentes países e sua maior ou menor dificuldade em lidar com essa novidade, tão mortal quanto desconhecida. Um pouco como o enigma da esfinge de Tebas, a doença atual lança um desafio à humanidade: “Decifra-me ou te devoro!”. E já ultrapassamos o total de 2,3 milhões de óbitos em todo o globo, segundo estimativa conservadora da própria Organização Mundial de Saúde (OMS).

Mas como explicar esse número de quase ¼ de milhão de mortes em um país e seu Presidente da República continuar com um índice de popularidade relativamente razoável para esse quadro? Já são 10 meses de vigência da pandemia como uma realidade epidemiológica consolidada por todos os continentes e Bolsonaro segue com sua estratégia negacionista. Não apenas ele busca desacreditar as instituições de saúde pública no plano internacional e em seu próprio país, como impediu que o Estado brasileiro assumisse uma posição de vanguarda no combate ao vírus e à doença.

No início, Bolsonaro desdenhava da doença, afirmando se tratar de uma

mera “gripezinha”, como dizia Donald Trump. Em seguida, apesar de nunca ter entrado em uma faculdade de medicina em toda sua vida, passou a prescrever de forma pública medicamentos para a doença, em um suposto “tratamento precoce” para a mesma. Além disso, ele nunca usou máscaras em suas manifestações presenciais e sempre estimulou a confraternização e o contato com os seus admiradores, sem qualquer respeito pelas regras básicas de segurança ou pelo isolamento social recomendado de forma unânime por entidades da área.

Ora, frente a esse quadro, a pandemia seguiu avançando e os óbitos também. Percebe-se uma espécie de banalização das mortes, como se a maioria da sociedade brasileira terminasse por se resignar frente a esse volume de perdas tão dolorosas. Apesar de evidente responsabilidade de Bolsonaro no agravamento do quadro já dramático da pandemia, parcela da população segue acreditando que as causas são outras. A proximidade com a morte e o risco inequívoco de contágio não impediram a continuidade dos eventos festivos, com aglomerações durante a época do Natal, do Ano Novo e em outras datas comemorativas em todo o território nacional. Idas às praias ao longo das férias e dos finais de semana se somam à presença constante, massiva e rotineira em bares e outros locais de aglomeração bastante comprometedoras para saúde individual e coletiva.

Mas por que permanece esse tipo de comportamento, ao mesmo tempo em que as mortes se avolumam?

Talvez uma das questões que nos possam ajudar na compreensão deste fenômeno paradoxal esteja no comportamento exibido e vivenciado pela sociedade em situações similares. Como se sabe, a questão da violência faz parte há muito tempo do cotidiano da maioria da população brasileira. E podemos enumerar uma lista ampla de tipos de conflitos de natureza violenta. Então vamos pela violência doméstica, violência racial, violência policial, violência homofóbica, violência urbana, violência no ambiente rural, violência no trânsito, violência nos ambientes esportivos, violência no trabalho, entre tantas outras situações.

O mito do “homem cordial” que vários pensadores sociais clássicos usavam para caracterizar o “tipo brasileiro” no passado parece não ser mais adequado para os tempos atuais. Atualmente, esse personagem idealizado pratica a violência contra seus pares, ao mesmo tempo em que é submetido a atos e situações violentas em seu cotidiano. E uma das faces mais duras desse comportamento reside no brutal aumento das mortes associadas às mesmas. A transformação da violência em morte passa a fazer parte do cotidiano das pessoas.

Com o protagonismo adquirido pela questão da segurança ao longo das últimas décadas, ela passa a compor com prioridade o universo das agendas de políticas públicas no país. E as estatís-

ticas relacionadas ao tema também ganham espaço e destaque nos meios de comunicação, na administração pública e nas próprias instituições de pesquisa. Assim, as pautas de violência e segurança passam a concorrer com os temas já considerados tradicionais como saúde, educação, previdência e outros.

No que se refere à dinâmica da banalização das mortes, podemos considerar dois tipos de fenômeno que fazem parte do cotidiano da população e que terminam por facilitar esse mecanismo psicossocial de uma espécie de resignação frente à perda de vidas humanas. Eles possuem uma estatística consolidada e nos permitem algum tipo de avaliação com uma série temporal mais longa. São eles: I) mortes violentas; e, II) mortes em acidente de trânsito. Em ambos os casos os números impressionam.

No caso das “mortes violentas” estão incluídos os casos de homicídio doloso, de latrocínio e lesão corporal seguida de morte. Alguns estudiosos consideram

que mesmo assim existe o risco de subnotificação, em razão de as estatísticas oficiais passarem por atos lavrados pelas próprias polícias. No caso das “mortes em acidente de trânsito” estão incluídos todos os óbitos, englobando os eventos ocorridos nas vias dos espaços urbanos e nas rodovias intermunicipais e/ou interestaduais.

A tabela abaixo identifica o total de mortes para esses dois casos registrados para o período disponível, no caso os nove anos compreendidos entre 2011 e 2019. Isso permite considerar a hipótese de que o processo de naturalização ou acomodação da sociedade frente a eventos como esses já vem ocorrendo há um certo tempo. Assim, entre “mortes violentas” e “mortes em acidentes de trânsito” o total para o novênio atingiu a impressionante marca de 836 mil. A maior parcela corresponde às mortes violentas com 478 mil (57%) e em seguida as mortes no trânsito com 358 mil (43%)

<b>BRASIL</b> <b>Mortes (em milhares)</b>	<b>Mortes violentas</b>	<b>Mortes trânsito</b>	<b>TOTAL</b>
2011	48	45	93
2012	53	46	99
2013	54	43	97
2014	57	45	102
2015	55	40	95
2016	58	38	96
2017	59	36	95
2018	52	34	86
2019	42	31	73
<b>Total 2011/19</b>	478	358	836
<b>Média 2011/19</b>	53	40	93

FONTES: MONITOR DA VIOLÊNCIA E DATASUS.

Entres as vidas perdidas em ambas as classificações tivemos uma média anual de 93 mil ao longo do período. Ainda não existe consenso entre os analistas a respeito da queda observada a partir de 2015, mas com certeza devem ter contribuído bastante os efeitos da longa recessão econômica que tem início naquele ano.

Assim, colocada em perspectiva essa tendência de pelo menos uma década de convivência com número elevado de perdas de vidas humanas, talvez esse processo de conformismo coletivo com o fenômeno das mortes em consequência da covid 19 não devesse ser assim tão inesperado. Além disso, é bem provável que os mecanismos de válvula de escape para essa convivência social cotidiana com o quadro generalizado da violência sejam mais pulverizados.

Percebe-se um crescimento de situações de linchamento público pelo país afora, em um contexto típico de apelo à lei da selva e da justiça com as próprias mãos para solucionar quadros de conflito ou transgressão de uma ordem legal ou moral indefinidas. Esse movimento se vê combinado com o aumento expressivo das situações de manifestação violenta de intolerância de todo o tipo no cotidiano das cidades.

Por outro lado, observa-se também o crescimento de situações de tiroteios em ambientes urbanos, em razão do aumento de territórios nas grandes metrópoles que passaram para o domínio de facções ligadas ao tráfico e a milícias armadas. Esse descontrole do

próprio poder público sobre tais regiões levou ao surgimento trágico de assassinatos que passaram a ser qualificados, de forma enganosa, como sendo causados por “bala perdida”.

Esse processo todo ganha em qualidade e em impulso com a eleição, com a maioria dos votos em segundo turno em 2018, de um presidente que sempre defendeu soluções extremadas para esse domínio da vida social, com especial destaque para segurança e violência. Bolsonaro jamais deixou de propor a instituição da pena de morte e a redução da maioridade penal como pretensas soluções para essa violência crescente. Além disso, na mesma linha de buscar apagar o incêndio com gasolina, ele está implementando um processo de liberalização generalizada de porte de armas para os cidadãos, declarando sempre sua admiração e inspiração no modelo norte-americano. Esse movimento ainda está sendo mais bem estudado e compreendido, mas há analistas que chegam a propor uma nova tipificação conceitual em gestação, a exemplo do proposição do “homo bolsonarus”.

Uma sociedade que vem convivendo há tanto tempo com fenômenos associados à violência e à morte talvez esteja recolhendo e incorporando também, mais uma vez de forma passiva, os óbitos mais recentes provocados pela pandemia. A banalização das centenas de milhares de vidas perdidas desde o início de 2020 deve ter, com certeza, suas raízes em características mais profundas de nosso tecido social.



## 7. BRASIL: A CAMINHO DAS TREVAS?

(MARÇO 2021)

A trajetória recente empreendida pela sociedade brasileira talvez possa ser bem sintetizada em uma única palavra: retrocesso. Caminhando na direção contrária do que sempre caracterizou a maior parte da história do país, os últimos anos têm sido marcados por um conjunto de processos que apontam claramente para um perigoso retorno a tempos sombrios.

O primeiro aspecto a ressaltar é o da economia. O PIB brasileiro tem se comportado muito aquém do desejado e do necessário. Desde 2015 a taxa acumulada apresenta uma queda de 7%, com 3 anos de recessão acentuada e outros 3 com crescimento em torno de 1%, que mal consegue repor o crescimento da população. Mas o que chama a atenção é também a perda de posição relativa do país na comparação com o resto do mundo. Em 2011, por exemplo, em função do crescimento observado ao longo dos mandatos do Presidente Lula (2003-2010), o Brasil superou o PIB do Reino Unido e alcançou a posição de sexta economia do globo. Pois dados divulgados recentemente demonstram que o país registrou em 2020, sob Bolsonaro, a décima segunda posição. Além disso, as expectativas apontam para uma nova queda para o próximo exercício, quando é previsto um rebaixamento para a décima quarta posição em 2021.

O segundo ponto que impõe preocupações diz respeito à ascensão do negacionismo como política de Estado. A eleição de 2018 colocou no centro do poder uma articulação de forças políticas que, até então, mais chamavam a atenção pelo exotismo de suas proposições extremadas e por suas condutas inadequadas. Porém, nunca se poderia imaginar que tais indivíduos chegassem a ocupar postos de comando, como ministérios e demais organismos de primeiro escalão de governo. O fato concreto é que há dois anos a política oficial brasileira não reconhece fatos inquestionáveis, como o desmatamento da Amazônia e demais biomas estratégicos existentes no território. Da mesma forma, os temas mais sensíveis da política ambiental são sistematicamente retirados da agenda oficial, a exemplo do uso crescente de agrotóxicos e defensivos venenosos, bem como a necessidade urgente de políticas de redução do aquecimento global e de resíduos poluentes.

### ***Negacionismo e intolerância.***

O negacionismo de natureza anti científica também ganhou relevância a partir da explosão da crise da pandemia. O Presidente da República assumiu para si a irresponsabilidade de subestimar os riscos da doença desde o seu início, quando a chamava de “gripezinha” ou “vírus chinês”. Na sequência, passou a recomendar, como se médico fosse, drogas e remédios sem comprovação científica alguma para enfrentar a covid 19. Assim, coerente com sua postura genocida, Bolsonaro estimulou a todo instante

a aglomeração irresponsável de pessoas e apoiadores, onde parecia ele mesmo sem máscara de proteção. Ao mesmo tempo, criou toda sorte de obstáculos para que as vacinas fossem desenvolvidas e atingissem o grande público. Além disso, afirma a todo instante que não vai tomar o imunizante, em claro desrespeito ao papel de liderança política que exerce no país.

A contrapartida dessa expansão de métodos típicos da Idade Média tem sido o crescimento das igrejas e seitas de forte inspiração neopentecostal no seio da população. É sabido que, em épocas de crise acentuada e falta de perspectivas, abre-se o caminho para o salvacionismo e o apego às crenças sem qualquer fundamento de comprovação pelo avanço das ciências. Em face da perda generalizada de credibilidade das instituições, a fala do pastor ou do líder religioso passa a ocupar o espaço de referência daquilo que seria a boa conduta a se seguir.

O terceiro elemento que compõe esse quadro preocupante refere-se à ocupação crescente de postos estratégicos no governo por militares. Como se sabe, Bolsonaro construiu o início de sua carreira como integrante da baixa oficialidade e quase foi expulso do Exército por má conduta na segunda metade da década de 1980. Chegou a ser preso em 1987 e naquele momento optou pela carreira política para escapar de novas punições. Assim, candidatou-se e foi eleito deputado federal em 1990. A partir de então, seguiram-se sete mandatos inin-

terruptos de um parlamentar marcado por uma atuação quase inexpressiva até 2018. Essa proximidade com o mundo da caserna abriu espaço para que a alta oficialidade encontrasse nele um meio para retornar com força ao governo.

### ***Volta dos militares e perseguição.***

A transição política conciliadora mal resolvida e a ausência de soluções pouco efetivas de punição dos abusos e crimes cometidos durante a época da ditadura militar (1964-1984) permitiu que tal retorno se desse sem nenhum tipo de constrangimento. Aliás, muito pelo contrário. Bolsonaro sempre defendeu a política dos anos de chumbo, inclusive enaltecendo em seus discursos a prática de tortura sistemática contra os adversários políticos do regime. Pois agora os saudosistas voltaram ao poder. Oficiais de alta patente ocupam hoje a cadeira de ministro em 9 pastas do governo e os registros oficiais apontam a existência de mais de 6.000 militares (entre membros da ativa e da reserva) nomeados para altos cargos na administração pública federal. Assim, atualmente existe mais militares em posições de governo do que havia na própria ditadura dos generais.

Finalmente, a idade das trevas se manifesta na retomada de práticas de censura e de repressão generalizada aos pensamentos críticos ao governo. Bolsonaro costuma disparar sua bateria contra a imprensa - mesmo no caso de alguns grandes grupos, como a Rede Globo - quando criticado em suas ações. No entanto, a tendência ao autoritaris-

mo vai ganhando espaço com decisões de perseguição judicial contra servidores públicos que tenham manifestado alguma discordância com relação a atos ou decisões do governo. O fato mais recente foi a punição a um reitor de uma universidade pública por suas considerações críticas à política do governo com relação à pandemia. O detalhe é que o mesmo é especialista em epidemiologia na Universidade Federal de Pelotas.

Na verdade, trata-se de um percurso que pode caminhar para rituais similares de perseguição política e ideológica, que nos fazem lembrar da própria Inquisição. Identificação do “adversário” a condenar, criação de um simulacro de “juízo” com ares de legitimidade jurídico-institucional e ao apelo à intolerância da população a apoiar essa purgação dos “pecadores”.

## 8. LULA ESTÁ DE VOLTA

(ABRIL 2021)

Em março de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) finalmente deliberou de forma justa e adequada a respeito de uma das inúmeras apelações encaminhadas pela defesa de Lula da Silva ao longo das ações judiciais movidas contra ele pela Operação Lava Jato. O ex presidente havia sido condenado em um processo recheado de ilegalidades e irregularidades, onde a principal tarefa que cabia ao então juiz Sérgio Moro era

a sua prisão e o impedimento de que ele pudesse se candidatar às eleições presidenciais de 2018.

Apesar das denúncias de abusos e condutas de parcialidade apresentadas desde o início do processo na cidade de Curitiba, os responsáveis pela chamada “força tarefa” da Operação Lava Jato pareciam não se importar. Eles contavam com autonomia para realizar aquilo que desejassem, ainda que estivessem agindo na mais completa ilegalidade na condução do próprio processo jurídico. Escutas à margem da lei sem autorização judicial, coação sobre testemunhas, coleta de provas de forma irregular, articulação ilegal entre os promotores e o juiz para definição de estratégias de condenação, enfim as práticas criminosas eram amplas e variadas.

Ocorre que as classes empresariais, as diferentes correntes do conservadorismo político e os grandes meios de comunicação festejavam a arbitrariedade, uma vez que a intenção primeira era de fato retirar a principal liderança popular do circuito de ação política. Com isso, a arbitrariedade imperava de forma absoluta e Lula passou 580 dias preso, tendo sido liberado apenas em novembro de 2019. O candidato da extrema direita, apoiado por setores importantes da direita e mesmo do centro, já havia sido eleito e Bolsonaro retribuiu o juiz Moro com a sua nomeação para um Ministério da Justiça reforçado por órgãos do governo ligados à segurança pública.



***Processo contra Lula: ilegalidade a toda prova.***

Ocorre que ao longo do período uma série de fatos e provas confirmando a parcialidade do processo foram divulgados. O movimento, que ficou conhecido por Vaza Jato, foi uma articulação do jornal The Intercept e do jornalista Glenn Greenwald. Por meio dele, vieram a público as mensagens trocadas entre si pelos membros da Operação Lava Jato, sempre com o intuito de forçar a condenação de Lula. Certos de sua impunidade, o juiz e os promotores articulavam de forma descarada, ilegal e criminosas ações ao longo do processo.

Mais à frente, outra fonte de revelação de ilegalidades veio à tona com a Operação Spoofing da Polícia Federal, onde um hacker confirmou que era ele mesmo quem havia obtido as mensagens e resolvido divulgar por conta própria. Esse era o momento de reviravolta no andamento das denúncias contra as ilegalidades praticadas pelo turma de Curitiba. Moro acabou se desentendendo politicamente com o Presidente Bolsonaro e foi exonerado do cargo de ministro em abril de 2020. A principal reivindicação da defesa de Lula era obter o reconhecimento oficial por parte do Poder Judiciário quanto à parcialidade de Moro na condução do processo. Com isso, estaria aberto o caminho jurídico para sua anulação bem como das consequentes condenações de Lula.

Com a declaração de nulidade dos processos e a confirmação da suspeição

de conduta do juiz Moro, Lula retorna com força à cena política e a possibilidade de sua candidatura nas eleições presidenciais de 2022 volta ao centro do debate político. Essa mudança na conjuntura ocorre justamente no momento de maior baixa da popularidade de Bolsonaro, quando as pesquisas de opinião apontam um desgaste do presidente de seu governo. Em nenhum momento desde a sua posse Bolsonaro havia atingido um patamar tão elevado com avaliações do tipo “péssimo e ruim” de sua gestão.

***Desastre do governo Bolsonaro.***

A frustração com os resultados apresentados por seu governo é crescente. De um lado, as expectativas todas criadas pela presença do banqueiro Paulo Guedes, que foi premiado com a criação de um super ministério da economia para si, não se concretizaram. Apesar do discurso a favor de uma austeridade extremada, os resultados obtidos em termos de crescimento do PIB e do emprego foram pífios. No que se refere à pandemia, o negacionismo de Bolsonaro foi a base para o crescimento exponencial do número de casos de covid 19 e dos óbitos causados pela doença. Ao subestimar a gravidade do fenômeno desde o início, ele chamou a crise para si mesmo, desestimulando a compra e pesquisa por vacinas pelo governo, se recusando ao uso de máscara em eventos públicos e provocando diariamente aglomerações em torno da sua figura. Além disso, ele receitava o uso de medicamentos desautorizados pelas insti-

tuições da medicina e da saúde pública, recomendando duvidosos métodos de tratamento precoce.

Além disso, Bolsonaro sempre apostou numa suposta contradição existente entre economia e saúde, dizendo-se contrário ao isolamento social e medidas similares ao “lockdown” necessário para conter a propagação do vírus. Finalmente, a equipe econômica desaconselhou a adoção de programas de auxílio para a população de baixa renda atravessar o período difícil. O auxílio emergencial teve seu valor reduzido pela metade e foi encerrado em dezembro passado. Depois de 3 meses sem nenhum benefício, o governo restabeleceu um programa de auxílio a partir deste mês de abril, mas com valores equivalentes a 25% do que era recebido pelas pessoas no primeiro trimestre de 2020. O desemprego segue recorde e a desaprovação do governo não para de crescer.

Sob tais condições, a presença de Lula passa a ser vista com maior aceitação em todos os setores da sociedade. Desde os grupos da base da pirâmide da desigualdade até parcelas das próprias elites consideram o seu retorno como uma das únicas maneiras de alterar a rota do desastre experimentado pelo País. A partir da anulação de seu processo, o ex presidente assumiu um discurso de estadista, em linha de completo desacordo com a orientação de Bolsonaro. E isso vale tanto para a questão econômica como para o enfrentamento da pandemia. Para tanto, ele começa a fazer ape-

lo ao imaginário popular em relação aos momentos de crescimento da economia, de emprego elevado e redução dos índices de pobreza e miséria ao longo de seus dois mandatos (2003-2010).

### ***A volta de Lula.***

As pesquisas de intenção de voto, por mais distantes que estejamos das eleições de outubro do ano que vem, já começam a captar o fenômeno. Em muitas delas, Lula é apontado como o único favorito em um eventual segundo turno contra Bolsonaro. Mas esta aceitação não será simples nem automática. Por mais que determinados setores de direita e de centro ensaiem um arrependimento por terem apoiado o capitão contra o candidato do Partido dos Trabalhadores em outubro de 2018, eles ainda acalentam o sonho de consolidar um polo centrista, para fugir da repetição de uma polarização entre Lula e Bolsonaro.

Em suas falas e entrevistas, o ex presidente chama atenção da população brasileira e das lideranças políticas dos demais países para a necessidade de se combater a covid 19 com base nos pressupostos da ciência e da flexibilização da austeridade na condução da política econômica. Tendo em vista sua experiência à frente do governo, ele faz um chamado dirigido aos presidentes das nações mais importantes a adotarem iniciativas de articulação diplomática para ensejar ações comuns no plano global contra a pandemia.

No entanto, o pragmatismo da dinâmica da luta política obriga Lula a ne-

gar, no momento atual, sua real intenção de se candidatar. Para ele, as eleições ainda estão muito distantes e ele reafirma a todo instante que a prioridade do Brasil é vencer a pandemia e derrotar o negacionismo de Bolsonaro. Porém, o fato concreto é que ele está de volta. E através de sua possível articulação política como liderança nacional, a população a cada dia que passa consegue antever de forma mais cristalina um caminho para superar a crise atual, desalojar esse governo e projetar um futuro de esperança para todos.

## 9. GUEDES É BOLSONARO E VICE-VERSA.

(MAIO 2021)

A eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República do Brasil em 2018 contou com o apoio fundamental dos grandes meios de comunicação e de parcela expressiva dos representantes do financismo no país. Afinal, se fosse apenas por sua carreira política anterior àquele pleito, ele dificilmente chegaria ao Palácio do Planalto. O ex capitão do Exército escapou de ser expulso das Forças Armadas em um processo por indisciplina e terminou se candidatando a deputado federal em 1990. A partir de então, sua trajetória parlamentar seguiu por 7 mandatos consecutivos, sempre se apresentando como uma figura polêmica e um tanto exótica do campo ultra conservador, que defendia temas como

a pena de morte e as práticas de tortura ocorridas durante a época da ditadura militar.

Bolsonaro logrou constituir um eleitorado cativo no Rio de Janeiro e jamais deixou de ser reconduzido ao cargo em Brasília ao longo de quase 3 décadas. Além disso, ele conseguiu montar um forte esquema político com milicianos, grupos de extermínio e ex membros das forças de segurança, de maneira que três de seus filhos caminharam também pelo espaço legislativo. Atualmente, um é senador, outro é deputado federal e o terceiro é vereador no município do Rio de Janeiro. O resultado desse processo é que seu sobrenome tornou-se uma grife eleitoral e sua família converteu-se em um lucrativo negócio.

A candidatura a presidente surge no cenário pré eleitoral como uma aposta sem muita credibilidade nos meios políticos da direita tradicional. O ex capitão sempre deu voz a uma parcela da sociedade que não foi punida por seus atos criminosos ocorridos durante a vigência do regime autoritário. Ao contrário da maioria dos países latino americanos que passaram por esse ciclo, o Brasil não julgou nem puniu os torturadores, assassinos e demais dirigentes que praticaram inúmeros crimes em nome da ditadura. O caso mais simbólico talvez tenha sido a declaração de voto do então deputado federal, em 2016, ao se posicionar favoravelmente ao impeachment da ex presidente Dilma Rousseff. Ali, Bolsonaro rendeu homenagem à memória de um

coronel torturador confesso, que seguiu impune até o fim da sua vida.

### ***Guedes apresenta Bolsonaro ao financismo.***

Apesar de tudo isso, uma parcela dos dirigentes do sistema financeiro enxergava no capitão uma alternativa para levar à frente o sonho de derrotar politicamente o nome apresentado pelo Partido dos Trabalhadores em substituição a Lula, que havia sido condenado e preso em processo que só agora se revelou uma fraude judicial. Para surpresa da maioria dos analistas, Bolsonaro conseguiu superar as opções do campo conservador e foi para a disputa do segundo turno contra Fernando Haddad. Ao longo da campanha, o candidato da extrema direita evitou fazer qualquer comentário relativo à economia. Para essa tarefa ele se valeu de um conhecido operador do mercado financeiro e dono de banco, Paulo Guedes.

Economista com um doutorado na Universidade de Chicago concluído na década de 1970, Guedes foi formado junto com a fina flor do conservadorismo monetarista, sob a batuta de Milton Friedman e seus pares. Sua proximidade política e ideológica com os chamados “Chicago boys” era tanta que foi chamado para trabalhar na equipe encarregada de assessorar a área econômica da ditadura sanguinária do General Pinochet no Chile em 1973. Quase 5 décadas mais tarde, Guedes continuava com a mesma receita do neoliberalismo para aplicar no Brasil. Suas propostas mencionavam a

necessidade de privatizar todas as empresas estatais e realizar um cerrado arrocho nas contas públicas, para eliminar o déficit fiscal. A fixação friedmaniana com a busca do Estado mínimo parece não ter lhe saído da mente.

Como retribuição por ter aberto o caminho para conseguir apoio a Bolsonaro junto ao sistema financeiro, foi alçado à condição de superministro da Economia. O presidente promoveu a fusão de 4 tradicionais pastas na administração estatal federal e entregou tal responsabilidade a alguém que jamais havia ocupado um cargo no setor público. Guedes tornou-se responsável pelos antigos Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Ministério do Trabalho. Trata-se da maior concentração de poderes no comando da economia jamais vista na história do país.

### ***De simples apoiador a superministro.***

No entanto, depois de sua posse, pouco a pouco o presidente foi revelando a verdadeira face de seu governo e de sua forma de exercer o poder. A intolerância e o negacionismo converteram-se em políticas públicas, com a posse de ministros comprometidos com a pauta do conservadorismo político e ideológico mais extremado. As agendas de direitos humanos, meio ambiente e relações exteriores, por exemplo, romperam com a tradição do Estado brasileiro e passaram a operar a favor de soluções autoritárias para os cidadãos, contra o respeito à

diversidade de todo tipo e em apoio às medidas de desmatamento, liberação de agrotóxicos e similares. Na diplomacia, a opção declarada do chanceler era de transformar o Brasil em um pária seara internacional.

A ocorrência da pandemia e a opção genocida adotada por Bolsonaro contribuiu para seu isolamento político interno. Boa parte dos setores das elites empresariais e das classes médias começavam a se arrepender da opção eleitoral que haviam feito em 2018. Porém, os grandes meios de comunicação ainda se agarravam à presença da figura de Paulo Guedes como argumento para ainda seguir apoiando o governo. A narrativa cãpenga se resumia ao fato de que o presidente realmente era muito ruim, mas o trabalho de Guedes na economia seria importante. No entanto, essa tentativa enganosa de diferenciar o ministro do presidente não resiste a qualquer análise. Afinal, Guedes é Bolsonaro. E vice versa.

O simples fato de ter amealhado uma fortuna com suas grandes operações no mercado financeiro não faz do banqueiro alguém supostamente refinado e de livre trânsito na intelectualidade conservadora da sociedade brasileira. Na verdade, ele é alguém tão ou mais tosco do que Bolsonaro. Não bastasse por seu passado de apoio a ditaduras, mas também pelas políticas que está tentando implementar e por suas declarações públicas, onde deixa bastante claro seus valores e suas propostas. Assim, vamos listar aqui abaixo algumas

de suas opiniões externadas e divulgadas pelos meios de comunicação:

I) [“funcionário público é parasita”](#): essa declaração carregada de preconceito contra os trabalhadores do setor público foi feita em 02 de fevereiro de 2020, em meio ao debate a respeito da reforma apresentada por sua equipe, que retirava direitos dos servidores públicos.

II) [“agora até empregada doméstica quer ir para Miami”](#): essa afirmação proferida em 12 de fevereiro de 2020 retrata com triste primor a forma elitista e preconceituosa com que as classes dominantes brasileiras encaram seus empregados. Guedes comentava a desvalorização cambial que promoveu e dizia que no passado a moeda valorizada permitia até esse tipo de viagem, que ele condenava. Com dólar caro e real desvalorizado cada qual reconhece o seu lugar.

III) [“vamos colocar uma granada no bolso do servidor público”](#): esse ato falho do ministro foi flagrado quando de uma reunião em 24 de fevereiro de 2020. Era uma estratégia para eliminar o “inimigo”, segundo suas palavras para designar os funcionários públicos.

IV) [“todo mundo quer viver 100 anos, 120, 130 anos”](#): essa aspiração justa e legítima dos cidadãos é vista por Guedes, segundo seu depoimento em 27 de abril de 2021, como um problema para as contas públicas. Assim torna-se compreensível a passividade do governo perante as quase 400 mil mortes pela covid registradas até o dia desta infeliz declaração.



V) [“até filho do porteiro entrou na universidade”](#): essa confissão de preconceito explícito foi feita na mesma reunião que a anterior, em 27 de abril de 2021. Guedes não sabia que o encontro estava sendo gravado e se permitiu exalar sem nenhuma auto censura todo o seu desprezo pelo apoio que os setores menos favorecidos da sociedade haviam recebido dos governos de Lula e Dilma.

Assim, fica mais do que evidente que não há mesmo muita diferença entre a criatura e seu criador. Os setores das classes dominantes que tornaram possível a eleição de Bolsonaro, pensam o país segundo uma avaliação muito semelhante à do capitão. E Paulo Guedes também exprime opiniões que em nada ficam a dever ao seu chefe. Ambos se identificam e se merecem mutuamente. Os dois integrantes da dupla perversa são igualmente responsáveis pela tragédia que têm provocado ao Brasil e deverão ser punidos pelo genocídio que perpetraram contra a maioria de sua população.

## 10. A INSPIRAÇÃO FASCISTA DE BOLSONARO

*(JUNHO 2021)*

A eleição de Jair Bolsonaro para a Presidência da República do Brasil, em outubro de 2018, consolidou um movimento de natureza autoritária no interior do país, mas representou também um importante avanço para as forças

de extrema direita no plano internacional. A mudança política proporcionada pela chegada ao Palácio do Planalto de um defensor incondicional da ditadura militar no país (1964-1985) marca uma grave descontinuidade em relação aos governos que vinham se sucedendo no período posterior à transição democrática e de vigência da nova Constituição de 1988.

Bolsonaro abandonou sua carreira de militar medíocre ao se candidatar e tornar-se vereador pelo município do Rio de Janeiro em 1987. Na sequência candidatou-se a deputado federal e foi eleito por 7 mandatos consecutivos (1991-2018). Com isso, passou essas quase três décadas como um parlamentar obscuro e inexpressivo, conhecido apenas por defender pautas extremistas como a pena de morte, a prática da tortura e as causas corporativistas dos policiais, dos militares das Forças Armadas e dos policiais militares dos estados.

No entanto, em razão da crise institucional criada a partir do golpe parlamentar articulado contra a Presidente Dilma Roussef em 2016, a direita e as forças políticas conservadoras não conseguiram criar uma alternativa eleitoral que lhes permitisse voltar ao poder. Conseguiram impedir que Lula fosse candidato por meio de um processo jurídico ilegal e fraudulento, que só foi desnudado em 2021. Dessa forma, a candidatura de Bolsonaro passou a ocupar esse espaço de um sentimento generalizado contra a política, contra os políticos e contra as instituições. Sua campanha

foi eficaz no uso das redes sociais e ele chegou ao segundo turno, contra o candidato apoiado por Lula e pelas forças progressistas - Fernando Haddad.

### ***As elites empresariais apoiaram Bolsonaro.***

O apoio das forças empresariais e do financismo foi fundamental para que Bolsonaro conseguisse vencer o pleito. A natureza fascista e autoritária de seu discurso e de seu passado não pareciam preocupar aqueles que se diziam dispostos a aceitar qualquer solução para evitar a volta do Partido dos Trabalhadores ao governo federal. A tendência totalitária de suas propostas e seu conhecido desprezo às instituições democráticas foram subestimadas por aqueles que propunham votar nele contra Haddad ou pelos que preferiram se abster da disputa. Até aquele momento talvez não estivesse ainda tão evidente para tais setores das elites a clara polarização entre civilização e barbárie, tal como colocada nas opções em debate.

Turbinado pelo apoio recebido dos grupos vinculados ao sistema financeiro, Bolsonaro nomeou um banqueiro e operador desse meio como um super-ministro da Economia. Apresentado pelo então candidato como seu assessor especial para assuntos econômicos, Paulo Guedes recebeu um ministério que era fruto da fusão de quatro pastas tradicionais na administração pública federal brasileira: i) Fazenda; ii) Planejamento e Orçamento; iii) Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; e, iv)

Trabalho. Tal opção marca uma diferença de Bolsonaro para com a maioria seus congêneres da extrema direita pelo resto do mundo. Seu governo apresenta uma diretriz de política econômica que aceita e potencializa a liberalização generalizada para o capital estrangeiro, inclusive por meio de privatização de empresas estatais. Dessa forma, a chamada questão “nacional” não surge como um elemento estratégico na definição da natureza de seu governo.

Apesar disso, o presidente brasileiro jamais deixou de acentuar sua admiração pelo ex presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Desde sua posse em Brasília, a chancelaria brasileira passou a desempenhar um vergonhoso papel de linha auxiliar direta e automática dos interesses norte-americanos na diplomacia. O ex assessor de Trump, Steve Bannon, mantinha uma relação muito próxima com os filhos de Bolsonaro desde antes das eleições e o guru da extrema direita brasileira, Olavo Carvalho, pretendia abrir caminhos junto à Casa Branca. A recente vitória de Joe Biden criou uma espécie de vácuo na relação com a diplomacia norte-americana.

### ***Bolsonaro e a extrema direita no mundo.***

Além disso, a presença de uma figura como Bolsonaro no cargo máximo da maior nação da América Latina ocorre simultaneamente à ascensão de outras lideranças políticas da extrema direita em países do espaço europeu. Esse é o caso, por exemplo, Viktor Orban na

Hungria e de Andrzej Duda na Polônia. O perfil autoritário, a intolerância com relação à temática de direitos humanos e o fundamentalismo religioso parecem acompanhar tais emergências na cena política. Por outro lado, o movimento liderado por Recep Erdogan e seu partido na Turquia também contribuiu para o fortalecimento de uma tendência nacionalista e autoritária na dinâmica internacional. Um caso ainda mais extremo refere-se ao processo verificado na Ucrânia, onde o grupo ultra nacionalista e independentista “Pravyi Sektor” passou a ser referência inclusive para a militância bolsonarista no Brasil.

Apesar das diferenças que marcam tais representações da extrema direita em suas particularidades específicas, o fato é que todas elas representam um movimento de afirmação de uma virada autoritária em seus espaços de atuação. Identificação semelhante pode ser observado no crescimento mais recente do “Front National” (renomeado “Rassemblement National”) na França, do Vox na Espanha, dos partidos neonazistas na Alemanha e Áustria, do “Lega Nord” na Itália e de agrupamentos do gênero em outros países.

A inspiração fascista de Bolsonaro nunca passou escondida na sua forma de ação política. Passados quase cem anos depois da nomeação de Benito Mussolini ao cargo de Primeiro Ministro na Itália, as marcas de sua comunicação com a população ainda seguem como referência ativa para os assessores do presidente brasileiro. Trata-se do reforço do

elemento simbólico do líder popular, em seu contato direto com o povo, sem necessidade de qualquer tipo de intermediação com as representações da institucionalidade democrática e republicana.

### ***Mussolini e Bolsonaro: inspiração um século mais tarde.***

Ao que tudo indica, os responsáveis pelo cuidado da imagem de Bolsonaro buscaram em Mussolini as imitações quase ao pé da letra. As imagens a seguir são a mais cristalina evidência de tal tentativa. A primeira série representa ambos dirigentes nadando, em situação que os flagra em momento de aparente espontaneidade, mas como homens fortes, destemidos e valentes. Desafiam as águas e vencem o desafio,



**Imagem (1)**





Imagem (2)

exibindo seus corpos às fotografias<sup>2</sup>. A coincidência é mais do que evidente e fala por si mesma.

A segunda série de imagens apresenta o italiano e o brasileiro montados em cavalos, em uma postura de liderança e coragem. Além disso, reforça o elemento de capacidade de dominar o elemento selvagem e de conseguir se impor sobre a coletividade e superar as adversidades encontradas pelo caminho. A partir do comando do pelotão, ambos definem a trajetória a ser seguida por todos.

A terceira série de imagens oferece a participação de Bolsonaro e Mussolini em atos políticos de motociclistas. O reforço do elemento simbólico associado ao “macho no comando” é inquestionável. Apesar de ter ocorrido um século mais tarde, a “motocicletada” organizada em Brasília pelos responsáveis pela estratégia de comunicação do brasileiro tem sua fonte de inspiração

claramente identificada. A resposta aparentemente foi positiva e manifestações semelhantes já foram realizadas e estão programadas em outras cidades. É nítida a busca de sintonia com o público masculino em busca de aventura, mas agindo de forma disciplinada e na obediência ao líder. Este vai à frente, dando o ritmo e a orientação aos seguidores.

Não fossem pelas imagens aqui capturadas, a fonte inspiradora de Bolsonaro não deixa qualquer margem para a dúvida. Trata-se de alguém que busca o reforço do indivíduo e que pretende liderar a população de forma direta, sem passar pela intermediação de partidos tradicionais ou pelo respeito às instituições como Congresso Nacional, Supremo Tribunal Federal e outras. Do ponto de vista da semelhança histórica, vale ressaltar que Mussolini chegou ao poder por meios democráticos e posteriormente foi consolidando, pouco a pouco, sua forma peculiar de governo

2 (1) Bolsonaro nadando: <https://revistaforum.com.br/brasil/assista-ao-video-de-bolsonaro-nadando-em-praia-grande-aos-gritos-de-ei-doria-vai-tomar-no-c/> (2) Bolsonaro a cavalo: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/politica/pagina-11-1.2950000> (crédito foto - AFP) (3) Bolsonaro de motocicleta: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2021-05/bolsonaro-faz-passeio-de-moto-em-homenagem-ao-dia-das-maes> (foto: Marcos Correa/PR)



Imagem (3)

autoritário. O que no Brasil tem sido chamado de “auto golpe”, na Itália da década de 1920 foi um processo contínuo de fechamento do regime democrático e de fortalecimento da figura do “Duce”.

Mussolini estimulou diretamente a criação movimentos como os “fasci” e depois os “camisas negras”, com o intuito de aglutinar apoiadores armados fora das instituições e mesmo fora das polícias e das Forças Armadas. Desde o início de sua trajetória, Bolsonaro cresceu politicamente como um elemento marginal e insubordinado no Exército. Mais tarde, passou a se articular com a formação de milícias no Rio de Janeiro, um movimento semiclandestino responsável por crimes como roubos, assassinatos e domínio do espaço territorial nas comunidades afastadas do centro e de baixa renda. Elas são constituídas por integrantes das polícias civil e militar, tendo se espalhado por todo os estados do país.

A inspiração fascista de Bolsonaro é evidente. Cabe às forças democráticas atuar de forma urgente e enérgica para evitar a repetição da tragédia italiana.







# afipea

Sindicato Nacional dos  
Servidores do Ipea

Associação dos  
Funcionários do Ipea